

## ANEXO XIV

### MINUTA DO TERMO DE COMPROMISSO

CONTRATO REFERENTE AO EDITAL 001/2026, QUE ENTRE SI, CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E CULTURAL DA PARAÍBA (FUNETEC-PB) E **[NOME DO CONTRATADO]**, PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA CONSISTENTE NA CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE AREIA DESTINADA A ATENDER AS NECESSIDADES DO PROJETO IFPB – DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ESPORTIVO NO CAMPUS PICUÍ.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2026

#### I. PARTES:

**I.1.** De um lado, **FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E CULTURAL DA PARAÍBA (FUNETEC/PB)**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede na Avenida Piauí, n.º 75, Bairro dos Estados, João Pessoa - PB, CEP 58.030-330, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.168.943/0001-53, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente de “**CONTRATANTE**”;

**I.2.** e, do outro lado, **[Nome ]**, sediada na/residente na **[Rua, número, bairro, cidade, CEP]**, e-mail **[e-mail do CONTRATADO]**, por intermédio de seu representante legal **[se houver, em caso de pessoa jurídica, Nome do Representante Legal e endereço]**, doravante denominado “**CONTRATADO**”.

#### II. CONSIDERANDOS:

**II.1.** CONSIDERANDO que o contrato em apreço é necessário ao desenvolvimento das atividades do IFPB – DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ESPORTIVO NO CAMPUS PICUÍ, conforme edital de CONCORRÊNCIA n.º 001/2026 da FUNETEC.

**II.2.** CONSIDERANDO a proposta enviada pelo **CONTRATADO**, tendo sido escolhida nos termos do item 1.3 do Edital 001/2026 pela técnica do MENOR PREÇO POR VALOR GLOBAL do GRUPO ÚNICO;

As partes acima, devidamente qualificadas, doravante denominadas “**CONTRATANTE**” e “**CONTRATADO**” e, em conjunto, “**PARTES**”, têm, entre si, justo e acordado o presente **CONTRATO**, na forma e condições firmadas nas cláusulas seguintes.

### III. CLÁUSULAS:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** O presente instrumento contratual tem como objeto a execução de obra de engenharia consistente na construção de quadra de areia destinada a atender as necessidades do projeto IFPB – Desenvolvimento Cultural e Esportivo no Campus Picuí.

**1.1.1.** Conforme consta no Edital de Concorrência n.º 001/2026 e seu Termo de Referência (ANEXO I), o CONTRATADO foi escolhida pela técnica do MENOR PREÇO para as seguintes execuções:

n.º Item no Termo de Referência	Especificação	Quantidade	Valor médio máximo aceitável R\$	Valor médio máximo aceitável R\$
1	CONSTRUÇÃO DA QUADRA DE AREIA : -SERVIÇOS PRELIMINARES - MOVIMENTAÇÃO DE TERRA - INFRAESTRUTURA - SUPERESTRUTURA - REVESTIMENTOS - IMPERMEABILIZAÇÃO - PISO - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - PINTURA	1 Unidades	R\$ 149.936,24	R\$ 149.936,24



	SERVIÇOS COMPLEMENTARES.			
VALOR TOTAL			R\$ 149.936,24	

1.2. Vinculam-se ao presente contrato o Edital n. 001/2026 e seus anexos, incluindo a Proposta enviada pelo **CONTRATADO** e Termo de Referência, a Ordem de Fornecimento nº. XXX/2026, que, independentemente de transcrição, compõem o presente termo.

1.3. Constitui pressuposto negocial a este instrumento a ausência de qualquer vínculo societário e/ou empregatício entre as partes, bem como, exercendo o **CONTRATADO** seus serviços sem qualquer subordinação e com ampla liberdade, respeitando, porém, as diretrizes internas da **CONTRATANTE** e do PROJETO, e sua política de prestação de serviços, razão pela qual, renuncia o direito de ingressar com qualquer modalidade de ação trabalhista, à qualquer tempo, mesmo após a cessação do vínculo contratual, sendo está uma condição irrevogável e irrenunciável.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Compromisso, podendo ser prorrogado nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de execução da obra observará o cronograma físico-financeiro disponibilizado.

2.3. A execução do objeto deverá ser iniciada no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados da assinatura desta minuta.

2.4. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, após a conclusão das etapas previstas no cronograma, para efeito de verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações constantes no edital, no termo de referência e neste contrato.

2.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações técnicas, devendo o **CONTRATADO** promover as devidas correções no prazo a ser fixado pela fiscalização, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.



2.6. O recebimento definitivo do objeto dar-se-á após a verificação da qualidade e conformidade da obra, mediante termo específico, observadas as disposições do edital e do termo de referência.

2.7. Na hipótese de não conformidade ou execução incompleta do objeto, o **CONTRATADO** deverá proceder à regularização dos serviços no prazo estipulado pela fiscalização, ficando suspenso o pagamento até a efetiva correção e aprovação.

2.8. Eventuais atrasos na execução da obra deverão ser devidamente justificados e comunicados à **CONTRATANTE**, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência, podendo ser aceitos quando decorrentes de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

3.1. O recebimento dos serviços será realizado de forma provisória e definitiva, nos termos do edital e do termo de referência, mediante verificação da conformidade da execução com as especificações técnicas estabelecidas.

3.2. O recebimento provisório não exclui a responsabilidade do **CONTRATADO** pela qualidade dos serviços executados, nem afasta a obrigação de realizar eventuais correções necessárias.

3.3. O **CONTRATADO** é responsável pela solidez, segurança e qualidade da obra executada, devendo corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios ou imperfeições constatadas, no prazo a ser fixado pela fiscalização.

3.4. O **CONTRATADO** declara possuir pleno conhecimento das condições do local de execução da obra, seja em razão da realização de vistoria prévia, seja pela apresentação da declaração correspondente.

3.5. Constatadas irregularidades na execução, a **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados, determinando sua adequação às condições contratadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**3.6.1.** A transferência da execução do objeto contratual a terceiros, total ou parcialmente, sem autorização expressa da **CONTRATANTE**, será considerada infração contratual grave, sujeitando o **CONTRATADO** à aplicação das penalidades cabíveis e à rescisão do contrato, sem prejuízo da apuração de perdas e danos eventualmente causados.

**3.7.0** **CONTRATADO** deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), e todas as demais certidões ou declarações que se fizerem exigidas pela legislação vigente, conforme aplicável, antes do início da execução da obra.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**4.1.** O **CONTRATADO** é o único responsável pela execução de seus serviços, bem como por todas as obrigações destes recorrentes, seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, devendo recolher todos os tributos, contribuições e encargos que incidam sobre os valores recebidos, inclusive arcando com os custos de eventuais profissionais utilizados, dentre outros custos operacionais que se façam necessários, eximindo a **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade e custo adicional.

**4.1.1.** Correrão por conta do **CONTRATADO** todos os salários devidos aos seus empregados/funcionários em razão da execução do presente Contrato, incluindo os repasses devidos, benefícios, uniformes, crachás de identificação, bem como todas aquelas obrigações estabelecidas nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho.

**4.2.** O **CONTRATADO** desempenhará seus serviços de acordo com moral e bons costumes, estando devidamente habilitado para o desempenho das atividades, registrados perante conselho competente – se houver, e com seus tributos em dia.

**4.3.** O **CONTRATADO**, deverá executar os serviços descritos na Cláusula **1.1** e seguintes do presente instrumento, com diligência, responsabilidade técnica e conforme as orientações fornecidas pela **CONTRATANTE** e/ou Coordenação do projeto.

**4.4.** Ainda, são obrigações específicas do **CONTRATADO**:

I. Executar o objeto contratual em conformidade com o Termo de Referência, o edital e a proposta apresentada, observando os padrões de qualidade, as normas da ABNT e demais normas técnicas aplicáveis, as especificações técnicas e os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro;



- II. Responsabilizar-se integralmente pela execução da obra, respondendo por eventuais atrasos, falhas, vícios ou defeitos, bem como pelos danos materiais causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, por ação ou omissão sua ou de seus empregados, prepostos ou subcontratados;
- III. Corrigir, às suas expensas, no prazo a ser fixado pela fiscalização, quaisquer serviços executados em desconformidade com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou disposições contratuais;
- IV. Apresentar, para fins de pagamento, a documentação fiscal correspondente às medições dos serviços efetivamente executados, devidamente atestadas pela fiscalização do contrato;
- V. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, devendo comprovar sua regularidade sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**;
- VI. Manter sigilo, mesmo após o término do contrato, sobre informações, dados ou documentos de qualquer natureza a que tiver acesso em razão da execução do objeto;
- VII. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa comprometer o cumprimento do cronograma ou a regular execução da obra, apresentando as devidas justificativas;
- VIII. Cumprir integralmente a legislação aplicável à execução do objeto, incluindo normas técnicas, de segurança do trabalho, ambientais e regulamentares pertinentes;
- IX. Cumprir todas as demais obrigações previstas no Edital de Concorrência nº 001/2026/FUNETEC e seus anexos;
- X. Indicar formalmente preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual, mantendo seus dados de contato permanentemente atualizados perante a **CONTRATANTE**;



XI. Participar da reunião inicial convocada pela **CONTRATANTE**, fornecendo as informações técnicas e operacionais necessárias ao adequado planejamento da execução contratual;

XII. Promover a adequada gestão e destinação dos resíduos gerados pela obra, observando a legislação ambiental aplicável e as disposições constantes do Termo de Referência.

**4.5.** A **CONTRATADO** deverá comunicar, imediatamente, a **CONTRATANTE**, por *e-mail*, em relação à quaisquer eventuais problemas, irregularidades, erros ou situações adversas que surgir durante a execução do OBJETO contratual, por fato de terceiro ou por situação pessoal, sob pena de responsabilizar-se por sua omissão, com o pagamento de multa de 10% (dez por cento) do valor acordado.

**4.6.** Durante a execução dos serviços e até a sua conclusão correrão, exclusivamente, por conta e risco do **CONTRATADO**, as consequências de:

- I. Sua negligência, imperícia ou imprudência, imperfeição ou insegurança, furto, perda, roubo ou avaria de materiais, equipamentos ou instalações do **CONTRATANTE**.
- II. Ato ilícito seu, de seus colaboradores/empregados, prepostos ou de terceiros e subcontratados.

**4.7.** A **CONTRATANTE** obriga-se à:

- I. Fornecer ao **CONTRATADO** todas as informações, documentos e diretrizes necessárias à adequada execução do objeto contratual;
- II. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, conforme disposto no edital, no termo de referência, no cronograma físico-financeiro e neste contrato;
- III. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** de acordo com as medições dos serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização, na forma prevista no edital e neste instrumento;

IV. Acompanhar e fiscalizar a execução da obra, por meio de representante designado, podendo solicitar esclarecimentos, ajustes ou correções sempre que necessário;

V. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, determinando sua adequação às condições contratadas;

VI. Efetuar as retenções tributárias cabíveis sobre os valores devidos ao **CONTRATADO**, conforme a legislação aplicável;

VII. Adotar as providências necessárias à apuração de infrações contratuais e à aplicação das penalidades cabíveis, quando constatadas irregularidades na execução do objeto;

VIII. Suspender o pagamento, total ou parcialmente, na hipótese de execução em desconformidade com as condições contratuais, até que sejam sanadas as irregularidades identificadas.

**4.8.** A **CONTRATANTE** não será responsável por fatos de terceiros, subcontratações pela **CONTRATADO**, caso fortuito ou força maior, tampouco atrasos em razão de fiscalizações, eventos adversos da natureza, golpes, furtos ou roubo de produtos. Em todas essas hipóteses, independentemente da situação que dê causa, cabe à **CONTRATADO** a execução do OBJETO deste Contrato.

**4.8.1.** O **CONTRATADO** declara ciência de sua responsabilidade exclusiva execução do OBJETO contratual, isentando a **CONTRATANTE** de quaisquer intercorrências ou eventualidades decorrentes de seus atos ou de terceiros que venham a intervir na entrega.

## CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

**5.1.** O preço total pactuado perfaz o montante de R\$149.936,24 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos), conforme proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, a ser pago de acordo com as medições dos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, na forma prevista no Termo de Referência (Anexo I) do Edital de Concorrência nº 001/2026.

**5.1.1.** O preço compreende todos os gastos empreendidos, bem como os encargos tributários e deduções, nada mais sendo devido pela **CONTRATANTE** além deste valor.

**5.2.** O pagamento somente ocorrerá após apresentação de Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente após aceite de cada etapa pela **CONTRATANTE**, com o valor correspondente, constando, **obrigatoriamente, no corpo de descrição da nota:**

I. O “**NOME DO PROJETO**”: IFPB – DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ESPORTIVO NO CAMPUS PICUÍ.

II. OS “**DADOS BANCÁRIOS DO CONTRATADO PARA TRANSFERÊNCIA**”: Banco **XXX**, Código: **XXX**, Agência: **XXX**, Conta: **XXX**, Nome do Titular: **XXX**.

**5.3.** A nota fiscal deverá ser emitida em favor da “**FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E CULTURAL DA PARAÍBA, CNPJ 02.168.943/0001-53, AVENIDA PIAUÍ, 75, BAIRRO DOS ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB, CEP 58.030-330**”, e deverá vir acompanhada de 01(uma) cópia de cada documento (atualizada), conforme a cláusula 13 do ANEXO I Edital n. 001/2026.

**5.4.** A **CONTRATANTE** não será responsabilizada por informações incongruentes, incompletas ou inverídicas referente aos dados bancários a serem fornecidos pelo **CONTRATADO**, que assume responsabilidade única e exclusiva pela entrega, em tempo, dessas informações, sob pena do pagamento ser adiado até que a documentação esteja corrigida.

**5.4.1.** Havendo erro na fatura, recusa de aceitação de serviços pela **CONTRATANTE**, ou obrigações do **CONTRATADO** para com terceiros, decorrentes dos serviços, OBJETO deste contrato, inclusive obrigações sociais ou trabalhistas, que possam prejudicar de alguma forma a **CONTRATANTE**, o pagamento será susinado para que a **CONTRATADO** tome as providências cabíveis. Os ônus decorrentes de sustações correrão por conta do **CONTRATADO**.

**5.5.** O valor fixado nesta cláusula compreende todos os gastos compreendidos pela prestação dos serviços OBJETO deste Termo, nada mais sendo devido pela **FUNETEC/PB** além desta quantia.

**5.6.** É de conhecimento do **CONTRATADO** que eventual pagamento a funcionários, ajudantes ou partícipes do mesmo é de sua exclusiva responsabilidade, não havendo nenhum tipo de gerência ou dever da **CONTRATANTE** a esses repasses.



**CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E RESCISÃO**

**6.1.** A recusa injustificada do **CONTRATADO** em assinar o contrato, não atender a ordem de serviço ou não entregar a documentação para a contratação, bem como apresentar declaração ou documentação falsa, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido no edital de licitação, decairá o seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**6.2.** Constituem motivo para rescisão contratual de pleno direito, com apuração de eventuais perdas e danos:

**6.2.1.** O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas, especificações, obrigações ou prazos.

**6.2.2.** O atraso injustificado na prestação dos serviços contratados.

**6.2.3.** A insolvência, falência, dissolução da pessoa jurídica, independentemente de qualquer notificação extrajudicial ou ação judicial.

**6.2.4.** A subcontratação total ou parcial do seu OBJETO, ou associação com outrem, sem que haja prévia aquiescência e autorização.

**6.2.5.** O cometimento reiterado de faltas na prestação dos serviços, bem como o não atendimento das recomendações solicitadas.

**6.2.6.** Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE**.

**6.2.7.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

**6.2.8. Outras obrigações constantes no Edital de Concorrência n.º 001/2026 e no Termo de Referência (ANEXO I)**



**6.3.** Pelo cometimento de qualquer infração contratual, aplicar-se-á as sanções na forma do item 14 do Edital de Concorrência n.º 001/2026 e ITEM 12 do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

**6.4.** Na hipótese de o **CONTRATADO** retardar a execução deste Contrato, de modo a aumentar o valor acordado, falhar ou fraudar na execução do mesmo, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, estará sujeita a multa de 5% (cinco por cento) do valor do montante total acordado, à ser paga no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

**6.5.** Em caso de cobrança extrajudicial ou judicial decorrente de inadimplemento ou descumprimento das obrigações relacionadas à execução do objeto contratual, será acrescido ao valor devido o percentual de 20% (vinte por cento) a título de honorários advocatícios, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste contrato..

**6.6.** É ciência e constitui hipótese legítima de rescisão contratual antecipada pela **CONTRATANTE**, sem aplicação de quaisquer penalidades, seja multa ou perdas e danos, o encerramento dos projetos ou a impossibilidade técnica devidamente apresentada e comprovada formalmente pela Coordenação do Projeto

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONFIDENCIALIDADE

**7.1.** A **CONTRATADO**, bem como seus empregados/funcionários, reconhecem que, no exercício de suas atribuições estabelecidas no presente instrumento, poderão ter acesso, voluntária ou involuntariamente, a informações exclusivas ou confidenciais da outra Parte ou de terceiros ("Informações Confidenciais").

**7.2.** Para fins do presente Contrato a expressão "Informações Confidenciais" significa toda e qualquer informação relativa a esse Contrato ou informações relacionadas às atividades do **CONTRATANTE** e terceiros ligados, que seja revelada, fornecida, comunicada, adquirida (seja verbalmente ou por escrito, em forma eletrônica, textos desenhos, fotografias, gráficos, projetos, plantas ou qualquer outra forma) pela 'Parte reveladora', ou que por qualquer outro meio a 'Parte Receptora' tenha tido acesso.

**7.3.** **ACONTRATADO** concorda em manter o mais absoluto sigilo com relação às Informações Confidenciais, abstendo-se de copiar, reproduzir, vender, ceder, licenciar, comercializar, alienar,



transferir ou dispor das Informações Confidenciais para terceiros, abstendo-se ainda de divulgá-las ou utilizá-las para quaisquer outros fins não atinentes ao objeto do presente instrumento.

**7.4.** A obrigação de sigilo aqui estabelecida aplica-se, ainda, a quaisquer informações ou conhecimentos técnicos, administrativos ou comerciais, e relacionam-se: **(a)** à organização interna; **(b)** aos métodos de trabalho desenvolvidos ou utilizados em decorrência deste Contrato; **(c)** a estratégias e metodologias de negócios das Partes, e, **(d)** execução, captação, monitoramento e acompanhamento de projetos PD&I ou ECTI, ou qualquer outro que envolva desenvolvimento de tecnologia e estímulo a inovação/pesquisa.

**7.4.1.** O desrespeito ao disposto nesta cláusula enseja o pagamento de multa no valor de 30% do contrato, sendo dotado, para todos os fins de direito admitidos, como líquido, certo e exigível.

**7.5.** As **PARTES** concordam em manter as Informações Confidenciais em local seguro, restringindo o acesso às Informações Confidenciais somente a quem dele necessite para execução dos serviços, obrigando-se a segregá-los dos demais profissionais com que trabalhe, inclusive os seus empregados, prepostos e contratados, sociedades coligadas, associadas, controladas, controladoras e seus respectivos representantes, direta ou indiretamente.

**7.6.** O dever de sigilo previsto nesta cláusula não será aplicável a quaisquer Informações Confidenciais que: **(a)** sejam de domínio público antes de sua revelação, **(b)** tornem-se de domínio público, após o seu recebimento pela Parte, por qualquer meio que não constitua uma violação das obrigações previstas neste Contrato, ou **(c)** devam ser reveladas pela 'Parte Receptora' por força de lei ou ordem de autoridade competente.

**7.7.** Caso haja necessidade de divulgação das Informações Confidenciais em virtude do disposto na Cláusula acima, deverá a 'Parte Receptora' notificar a 'Parte Reveladora', dentro de 24 (vinte e quatro) horas da solicitação, de tal obrigação, a qual analisará a razoabilidade da exigência. Em qualquer caso, a apresentação pela 'Parte Receptora' deverá se ater ao que estritamente lhe for exigido.

**7.8.** O dever de sigilo e de confidencialidade previstos nesta cláusula subsistirão mesmo após o encerramento ou rescisão do presente Contrato, por um prazo de 15 (quinze) anos, contados de seu



término, excetuando-se deste prazo os dados e informações que por sua natureza deverão ter seu sigilo preservado em caráter permanente.

## CLÁUSULA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

**8.1.** As **PARTES** declaram que todas as cláusulas e informações aqui postas, observarão ao disciplinado pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), bem como, ao da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), e outras legislações aplicáveis à proteção de dados pessoais.

**8.2.** A **CONTRATANTE** fica autorizada ao compartilhamento e recolhimento dos dados, informações e documentos recolhidos da **CONTRATADO**, entre seus funcionários, para cumprimento das finalidades inerentes ao presente Termo, ou à terceiros autorizados legalmente, bem como perante aos órgãos de proteção de crédito ou cartórios para fins de cobrança de dívidas.

**8.3.** As **PARTES** comprometem-se a coletar, processar e armazenar dados pessoais e/ou sensíveis de forma lícita, transparente e limitada ao necessário para a execução do OBJETO.

**8.3.1.** Segurança e Confidencialidade: A **PARTE** responsável pelo tratamento dos dados pessoais deve adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para proteger as informações contra acessos não autorizados, perda, alteração ou divulgação indevida, sendo cada **PARTE** responsável por qualquer violação da LGPD que possa ocorrer por ação ou omissão própria.

**8.3.2.** Direitos dos Titulares: As **PARTES** concordam em respeitar e facilitar o exercício dos direitos dos titulares dos dados pessoais, incluindo, mas não se limitando a, acesso, correção, exclusão e oposição ao tratamento, conforme previsto na LGPD.

**8.3.4.** Notificação de Incidente de Segurança: Em caso de qualquer incidente de segurança que possa comprometer a proteção dos dados pessoais, a **PARTE** responsável pelo tratamento deverá notificar a outra parte e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) dentro dos prazos e condições estabelecidos pela LGPD.

**8.3.5.** Subcontratação e Compartilhamento de Dados: Se houver necessidade de subcontratação ou compartilhamento de dados pessoais com terceiros, a **PARTE**



responsável deve assegurar que tais terceiros também estejam em conformidade com a LGPD e celebrem acordos de proteção de dados adequados.

**8.3.6. Prazo e Rescisão:** Em caso de rescisão ou término do presente contrato, a **PARTE** responsável pelo tratamento dos dados pessoais deve assegurar a exclusão ou devolução dos dados pessoais à parte titular, conforme solicitado, e deve certificar-se de que todos os dados foram devidamente removidos.

#### **CLÁUSULA NONA - DA RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS**

**9.1.** As **PARTES** estabelecem que envidarão os melhores esforços na resolução consensual de conflitos ou controvérsias decorrentes da interpretação dos termos do contrato, da execução das obrigações estabelecidas ou das pendências não resolvidas por meio de negociações amigáveis entre as partes.

**9.2.** Com fulcro no Art. 190 do CPC/15, as **PARTES** estabelecem que, antes do eventual ajuizamento de qualquer ação judicial, adotarão o seguinte procedimento para a solução de conflitos decorrentes deste contrato:

I. **Comunicar** a outra Parte sobre o Litígio com vistas a solucionar a controvérsia, da melhor forma e no nível hierárquico mais baixo possível. Caso as **PARTES** não consigam chegar a um acordo através dos canais e procedimentos regulares, deverão proceder da forma abaixo descrita.

II. **Formalizar, por escrito**, à outra Parte sobre o Litígio, para que no prazo de 5 (cinco) dias seja nomeado um **Procurador Hierarquicamente Superior** autorizado, pelo qual a tentativa de consenso será realizada em um prazo máximo de 30 (trinta) dias;

III. Após transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias da nomeação do procurador hierarquicamente superior autorizado, o litígio deverá ser examinado e deverá ser dado início às tratativas de negociações com o objetivo de dirimi-lo de forma amigável, deixando de onerar o Poder Judiciário;

IV. Caso as **PARTES** não consigam chegar, de boa-fé, em um acordo sobre o Litígio e deixem transcorrer, sem apresentação de solução, o prazo de 60 (sessenta) dias,



contados da data da notificação formal mencionada no item “b”, o mesmo será resolvido por Conciliação. Só em caso de insucesso expresso, que o conflito se submeterá ao órgão judicial, sob pena de nulidade – cláusula de *non petendo* –, ressalvado o direito das Partes de a qualquer tempo, e em ambas as hipóteses acima, de ajuizar ação para prevenir decadência de qualquer prazo legal.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA ANTICORRUPÇÃO**

**10.1.** O **CONTRATADO** declara e garante que está ciente, conhece e compreende as leis anticorrupção brasileiras, notadamente a Lei nº 12.846/13, e eventuais alterações posteriores (“Legislação Aplicável”), comprometendo-se a **(i)** não praticar atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira, bem como se abstendo de prometer, oferecer, dar, direta ou indiretamente, por si ou por terceiro interposto, vantagem indevida a agente público nacional ou estrangeiro, ou a terceira pessoa a ele relacionada; **(ii)** implementar diretrizes e controles adequados destinados a prevenir e corrigir desvios, a fim de cumprir e fazer com que seus administradores, funcionários, contratados e demais prepostos cumpram com o que determina a Legislação Aplicável; **(iii)** evidenciar, de tempos em tempos, a pedido da **CONTRATANTE**, a existência e a efetividade dessas diretrizes e controles. Da mesma forma, compromete-se a não dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras, e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro ou do mercado de capitais nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E PROTEÇÃO CONTRA VÍCIOS REDIBITÓRIOS/OCULTOS**

**11.1.** É de ciência das partes que o presente contrato rege-se pelas normas do Direito Civil (Código Civil – Lei nº 8.087/1990), da Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021) e as normas de Proteção ao Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

**11.2.** Em caso de vícios nos produtos, inclusive àqueles ocultos, aplicar-se-á as regras do art. 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor, bem como, no que couber as regras do art. 441 e seguintes do Código Civil, priorizando-se as regras de proteção ao consumidor em favor da **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** Eventual omissão ou liberalidade de qualquer das **PARTES** em exigir o cumprimento dos termos e condições deste Contrato, ou em exercer prerrogativas deles decorrentes, não constituirá renúncia, novação, desistência, remissão, alteração ou modificação do referido instrumento, sendo o evento ou a omissão considerada e interpretada como mera liberalidade da **PARTE** que assim transigiu, anuiu ou não exigiu o cumprimento da obrigação, não afetando o exercício posterior do direito.

**12.2.** Caso qualquer uma das cláusulas do presente Contrato, ou de suas partes, venha a ser declarada nula, no todo ou em parte, as demais cláusulas continuarão em pleno vigor.

**12.2.1.** As **PARTES** desde já acordam que, em tal hipótese, as condições estabelecidas no presente Termo e poderão ser modificadas mediante Termo Aditivo ao presente Instrumento assinado pelas **PARTES**.

**12.3.** Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos, aplicável ainda, as decisões e recomendação proferidas pelos Órgãos de Fiscalização e controle.

**12.4.** Qualquer modificação no que tange à parte **CONTRATADO**, seja pela saída ou acréscimo de nova parte em caráter de substituição, deverá ser elaborado Termo Aditivo.

**12.5.** As **PARTES** reconhecem como válida eventual formalização dos termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem certificado digital emitido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – (ICP-Brasil), conforme disposto no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, e concordam em utilizar assinaturas eletrônicas, suficientes para assegurar a anuência e vinculação das **PARTES** ao presente Termo, nos termos dos artigos 107, 219 e 220 do Código Civil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO**

**13.1.** A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante designado pela **CONTRATANTE**, ao qual competirá verificar o cumprimento das obrigações contratuais, bem como atestar as medições dos serviços executados.

**13.2.** Compete à fiscalização, entre outras atribuições:



- I. Verificar a conformidade da execução da obra com as especificações constantes no edital, no termo de referência e neste contrato;
- II. Acompanhar a evolução dos serviços conforme o cronograma físico-financeiro;
- III. Atestar as medições dos serviços efetivamente executados, para fins de pagamento;
- IV. Determinar a correção de falhas, vícios ou irregularidades na execução do objeto;
- V. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desconformidade com as condições contratadas;
- VI. Registrar ocorrências e adotar as providências necessárias à regularização de eventuais irregularidades.

**13.3.** A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO** pela execução integral do objeto, inclusive quanto à qualidade, segurança e conformidade dos serviços prestados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO CONTRATO**

**14.1.** Demais condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência e no Edital de Credenciamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos, entre outras legislações pertinentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ELEIÇÃO DE FORO**

**16.1.** As **PARTES** elegem o foro da Comarca de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, para dirimir toda e qualquer questão advinda do presente Contrato, renunciando inequívoca e expressamente qualquer outro, por mais privilegiado que seja,



E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

[Cidade] – [Estado], [Dia] de [Mês] de 2026.

PELA CONTRATANTE:

---

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA  
E CULTURAL DA PARAÍBA (FUNETEC/PB)

TESTEMUNHA:

---

NOME:

CPF:

PELO(A) CONTRATADO(A):

---

NOME

TESTEMUNHA:

---

NOME:

CPF:

